

Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 18 de agosto de 2015.
 JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA
 Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 419-A/2015

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Senhor ADRIANO PARANHOS MARTINS E SILVA, Presidente à época, de que no dia 25.08.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2008/50474-0, que trata da Prestação de Contas da ASSOCIAÇÃO VITÓRIA RÉGIA DO DISTRITO DE CURUÇAMBABA, referente ao Convênio ALEPA nº 010/2007, cujo Relator Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 18 de agosto de 2015.
 JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA
 Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 422-A/2015

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA, notifico o Senhor CARLOS AUGUSTO VEIGA, Prefeito à época, de que no dia 25.08.2015, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/51978-6, que trata da Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA, referente ao Convênio SEPOF nº 054/2004, cujo Relator Excelentíssimo Conselheiro André Teixeira Dias.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 18 de agosto de 2015.
 JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA
 Secretário-Geral

Protocolo 866475

RESOLUÇÃO Nº 18.724

(Expediente n.º 2015/08121-7)

Dispõe sobre as propostas do TCE-PA para inclusão nos projetos de Lei do Plano Plurianual e na Lei Orçamentária.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais legais e regimentais, Considerando que se encontra em andamento a elaboração do projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019 e da Lei Orçamentária para o ano de 2016, para encaminhamento pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA);

Considerando que compete a este Tribunal de Contas enviar ao Poder Executivo, as suas propostas, com vistas a inserir nos projetos de Lei do Plano Plurianual 2016-2019 e da Lei Orçamentária de 2016;

Considerando que referidas propostas necessitam da aprovação do Plenário deste Tribunal, consoante dispõe o artigo 12, inciso II, letra "a" do Regimento Interno;

Considerando, ainda, a proposição da Presidência, constante da Ata nº. 5.327, desta data;

RESOLVE, unanimemente:

Art. 1º. Aprovar a proposta que encaminha o Programa do TCE-PA - "Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais" - para inclusão no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019, bem como a que encaminha a Proposta Orçamentária 2016, para fazer parte do Projeto de Lei Orçamentária, na forma estabelecida nos Anexos I e II desta Resolução que serão enviadas à Assembleia Legislativa para apreciação, nos termos da Constituição Estadual. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 11 de agosto de 2015.

LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA Presidente	NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA	CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
ANDRÉ TEIXEIRA DIAS	ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ANEXO I - PPA 2016-2019

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Todas as Fontes R\$ 1,00

	2016	2017	2018	2019	TOTAL
OBJETIVO 1: MODERNIZAR A GESTÃO DE PESSOAS					
AÇÃO	134.394.234	146.536.333	160.871.509	174.193.748	615.995.824

Implantação da gestão por competência	174.200	145.965	-	-	320.165
Capacitação para membros e servidores do TCE	308.302	335.581	362.887	383.108	1.389.878
Concessão de auxílio alimentação	10.144.405	11.167.976	12.237.868	13.220.569	46.770.818
Manutenção de assistência médica e odontológica	2.377.728	2.617.641	2.868.411	3.098.744	10.962.524
Administração de Recursos Humanos dos membros e servidores do TCE	121.389.599	132.269.170	145.402.343	157.491.327	556.552.439

OBJETIVO 2: APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DO TCE

AÇÃO	9.873.918	10.585.249	11.424.399	41.209.798	9.326.232
Implantação do sistema de gestão de custo	47.200	71.440	50.889	54.975	224.504
Modernização da infraestrutura do TCE	1.355.000	807.153	676.662	726.984	3.565.799
Implementação de ações de publicidade institucional	700.000	766.597	836.501	902.457	3.205.555
Operacionalização das ações administrativas	7.224.032	8.228.728	9.021.197	9.739.983	34.213.940

OBJETIVO 3: DESENVOLVER A GOVERNANÇA, A GESTÃO E O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AÇÃO	7.912.484	8.632.891	8.961.503	31.359.055	5.852.177
Implantação do processo eletrônico do TCE	2.124.400	2.338.752	2.562.804	2.768.598	9.794.554
Modernização do parque tecnológico do TCE	3.727.777	5.573.732	6.070.087	6.192.905	21.564.501

OBJETIVO 4: APRIMORAR INSTRUMENTOS DE CONTROLE EXTERNO

AÇÃO	2.053.537	2.197.080	2.324.071	8.247.439	1.672.751
Implantação de procedimentos de controle de qualidade de auditoria	129.800	139.275	149.011	157.623	575.709
Aperfeiçoamento de mecanismos de fiscalização	1.542.951	1.914.262	2.048.069	2.166.448	7.671.730

OBJETIVO 5: FOMENTAR A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE SOCIAL

AÇÃO	925.342	990.568	1.050.690	3.735.791	769.191
Implementação de ações de promoção ao controle social	769.191	925.342	990.568	1.050.690	3.735.791
TOTAL	167.301.614	183.277.297	197.954.411	700.547.907	152.014.585

Fonte: TCE-PA

ANEXO II - LOA 2016

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Todas as Fontes R\$ 1,00

OBJETIVO 1: MODERNIZAR A GESTÃO DE PESSOAS

AÇÃO	2016
Implantação da gestão por competência	174.200
Capacitação para membros e servidores do TCE	308.302
Concessão de auxílio alimentação	10.144.405
Manutenção de assistência médica e odontológica	2.377.728
Administração de Recursos Humanos dos membros e servidores do TCE	121.389.599

OBJETIVO 2: APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DO TCE

AÇÃO	2016
Implantação do sistema de gestão de custo	47.200
Modernização da infraestrutura do TCE	1.355.000
Implementação de ações de publicidade institucional	700.000
Operacionalização das ações administrativas	7.224.032

OBJETIVO 3: DESENVOLVER A GOVERNANÇA, A GESTÃO E O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AÇÃO	2016
Implantação do processo eletrônico do TCE	2.124.400
Modernização do parque tecnológico do TCE	3.727.777

OBJETIVO 4: APRIMORAR INSTRUMENTOS DE CONTROLE EXTERNO

AÇÃO	2016
Implementação de procedimentos de controle de qualidade de auditoria	129.800
Aperfeiçoamento de mecanismos de fiscalização	1.542.951

OBJETIVO 5: FOMENTAR A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE SOCIAL

AÇÃO	2016
Implementação de ações de promoção ao controle social	769.191
SUBTOTAL	152.014.585

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

AÇÃO	2016
Encargos com a Previdência Social dos Servidores do TCE	43.761.870
TOTAL GERAL	195.776.455

Fonte: TCE-PA

Protocolo 866486

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 4

Data de Assinatura: 14/08/2015
 Valor: 19.039,20
 Vigência: 18/08/2015 a 17/08/2016
 Classificação do Objeto: Outros
 Justificativa: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993.
 Contrato: 03
 Exercício: 2011
 Unidade Orçamentária: 37101
 Programa de Trabalho: 01122129745340000
 Natureza da Despesa: 33903900
 Fonte do Recurso: 0101000000
 Origem do Recurso: Estadual
 Contratado: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
 Endereço: Rua Antônio Barreto, 1260, Umarizal, CEP 66.060-020 - Belém/PA
 Telefone: (91) 3213-5104
 Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

Protocolo 866390

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

PORTARIA Nº 364/2015-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
 CONCEDER à Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME, 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2011/2014, de acordo com o art. 138 da Lei Complementar n.º 057/06, de 6/7/2006, e autorizar o gozo nos períodos de 4/5 a 2/6/2015 e 24/9 a 23/10/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de Janeiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
 Procurador-Geral de Justiça
 (Republicado por incorreção no D.O.E. de 12/6/2015)